



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681221 - MG (2021/0225360-1)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : RODRIGO FERREIRA CASTANHEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RODRIGO FERREIRA CASTANHEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.097514-0/000).

O paciente foi preso em flagrante em 21/5/2021 e teve a prisão convertida em preventiva pela suposta prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

A impetrante afirma que a prisão do paciente é ilegal, pela ausência de estado flagrancial e pela ilicitude das provas obtidas a partir de ingresso na residência do paciente, sem termo de consentimento e sem prévia e formal advertência quanto ao direito ao silêncio.

Alega que não há nos autos nenhum elemento concreto que demonstre reiteração delitiva e que a liberdade do paciente geraria um perigo concreto à sociedade, o que demonstra que a prisão cautelar deve ser revogada, caso não seja relaxada, nos termos do art. 312, *caput* e § 2º, e 315 do Código de Processo Penal.

Ressalta a crise sanitária de covid-19, a excepcionalidade da prisão preventiva e a previsão dos arts. 4º e 8º da Recomendação n. 62/2020 do CNJ.

Requer, liminarmente, a expedição de alvará de soltura do paciente, permitindo que ele guarde o julgamento do *writ* em liberdade.

No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja reformada a decisão do tribunal estadual, reduzindo a pena do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

O Tribunal consignou o seguinte (fl. 166):

Noutro giro, destaco que a decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva encontra-se devidamente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, tendo em vista a gravidade em concreto dos delitos supostamente cometidos pelo paciente. Vejamos:“(…) Conquanto Rodrigo não tenha sido abordado na posse direta de qualquer substância, os indicativos apontam para que todos os agentes estivessem, em tese, vinculados à traficância da mesma droga, apesar de que cada um a seu modo. (...) Os laudos de ff. 36, 37, 38 e 41 confirmam a natureza dos entorpecentes e a eficiência e prestabilidade dos artefatos bélicos. (...) Já o *periculum libertatis* reside na necessidade de resguardo da ordem pública, pois é patente a periculosidade dos referidos agentes, bem como a possibilidade concreta de reiteração delitiva. Isto porque, ao menos segundo os elementos de convicção colacionados ao presente caderno, há indicativos de que ambos já estivessem imbuídos na suposta traficância há mais tempo, existindo elementos indiciários que apontam para ambos como responsáveis por essa conduta há cerca de 03 meses”.(fl. 162)[...]

No tocante às medidas propostas pelos instrumentos normativos criados em virtude da pandemia do COVID-19, ressalta-se que o paciente não trouxe aos autos nenhum documento que pudesse comprovar que pertence a algum grupo de risco, situação que tornaria possível a aplicação de medida alternativa à prisão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente